



Poços de Caldas

3º Congresso Nacional de Educação

REFORMA POMBALINA NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Fundamentos da Educação: História, Filosofia e Sociologia da Educação

Amanda de Matos Pereira *

Resumo

Esse relato de pesquisa trouxe como discussão a formação do modelo de ensino no Brasil através da reforma do Marquês de Pombal (1759-1777) e suas concepções iluministas. Assim, objetivou-se entender as principais ações dessa reforma, e seus reflexos na educação pública atual. Como fontes, foram utilizados, teses e artigos que versam sobre o tema enfocado. Tratamos aqui, da inauguração do ensino público no Brasil, registrado no século XVIII, guiado pelos moldes da reforma Pombalina. Nesse retrato educacional, analisamos a importância dessa política de estado, que foi responsável pela institucionalização e a secularização do ensino.

Palavras-chave: Reforma de Pombal. Educação pública. Secularização.

*Mestranda em educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal de Sergipe/Bolsista Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Introdução

A trajetória do Marquês de Pombal iniciou em 03 de setembro de 1759, quando os Jesuítas foram expulsos. Pombal então assume o poder central da educação. As reformas empreendidas pelo Marquês revelaram características que simbolizam as diferenças em relação à companhia de Jesus. Entre elas estava a introdução da ciência moderna e as mudanças das matérias do currículo. Segundo Pombal, os estudos de gramática só teriam sua devida validade se ensinados através da língua materna. Diferentemente dos jesuítas, que ensinam a gramática em latim.

Na universidade de Coimbra surgiu o bojo da reforma educacional, que marcou toda mudança do ensino. A instituição estava baseada nos recursos estéticos do barroco. A estética barroca (movimento do século XVI ao XVIII). Essa estética servia como patrocínio para renovação científica e cultural promovida pelo Marquês.

Na reforma pombalina, o professor também passa assumir um novo papel. O profissional passou a ser o inventor, aquele que daria aulas, que investigaria e incorporaria seu método de ensino. Sendo assim, o professor concebia. O profissional era uma das principais figuras representadas através dos estatutos instituídos pela reforma pombalina.

A implantação do ensino público se afirma como forma de poder. Impondo as normas da reforma a qualquer poder contrário. Submetendo possíveis poderes laterais a disciplina do poder central.

Em 1772 implanta-se a criação do sistema de aulas régias. Havia o professor que era submetido a exames de admissão e que recebia pela coroa uma determinada disciplina. Em síntese, o que ocorreu nesse contexto, foi uma pulverização da regência, na qual o aluno precisava adquirir mobilidade para alcançar outras competências.

Esse período de reforma se deu de maneira gradativa e marcada por intempéries. Maria Thetis Nunes, na obra *Ensino Secundário e sociedade brasileira*(1999) esclarece as dificuldades de estrutura no sistema educacional impostas pela reforma. Entre elas estava “a não aplicação da fórmula ao ambiente”, ou seja, nem todas as regiões conseguiam ser amparadas pelo mesmo ideal, sejam marcadas por diferenças socioeconômicas e culturais, sendo que o tempo de respeito às diferenças muitas vezes não fora atendido nos ideais da reforma Pombalina.

Sendo assim, não bastaria apenas descrever um movimento de educação laica que expulsou os jesuítas, mas celebrar esse num contexto que revela um governo central que uniformizou a ideologia para fazer valer sua autoridade. Dessa forma, esse trabalho se propôs analisar como esse novo modelo revelou as faces do ensino público brasileiro, e que ainda refletem nas atuais práticas educacionais.

Em outras palavras, compreender a reforma Pombalina nos remete a reflexão sobre o contexto atual da educação pública no Brasil, por deixar de valorizar a educação pública e lançar interesse desnecessidade primeira ao lucro do capital.

Metodologia

As fontes² dessa pesquisa, foram algumas das literaturas que fizeram alusão a documentos do Arquivo Ultramarino.

Nesse contexto, Maria Helena Ochi (2008) faz uma reflexão sobre a limitada abordagem da educação instituída pelo Marquês de Pombal nos livros didáticos no Brasil. Esclarece assim, a importância de ressaltar o contexto de mudança de mentalidade e ideologia que foi reflexo desse momento histórico de reforma da educação, que se anunciava no Brasil.

Resultado e discussão

Há mais de 250 anos, o Brasil experimentaria o novo modelo de ensino instituído na reforma pombalina que simbolizou a ruptura do ensino da companhia de Jesus, concretizando assim, a secularização do ensino. Essa se deu com o alvará de 1759.

Através do ponto de reflexão desse trabalho analisamos que o iluminismo, a utopia ilustrada, se firmou como poder do estado e não como proposta de garantia ou proposta de liberdades individuais.

A sinalização e efetivação da reforma do Marquês de Pombal apontava um caminho de mudança na educação queurgia na necessidade do estado assumir o papel de tomada de decisão sobre as questões sociais e sobre a educação e seus níveis.

A questão religiosa não era uma necessidade primária na reforma, assim como o caráter pedagógico. A religião fazia parte de uma ação que potencializaria uma nação.

No que se refere ao iluminismo, esse surgiu como a ilustração do novo. Da necessidade de superar o antigo e investir no método e na razão.

Havia uma característica impar no modelo iluminista adotado na reforma de Pombal. Esta estava alicerçada na condução do estado tolerado pela extensão religiosa. Nessa perspectiva, podemos entender que, “[...] se toda a laicidade é uma secularização, nem toda secularização é ou foi uma laicidade”. (CATROGA, 2006, P. 273).

Nesse contexto, é necessário dar clareza do papel que Pombal pretendia assumir ao instituir a reforma. A separação das ideias iluministas da França revolucionária e da reforma Pombalina era apontada pela tolerância religiosa na reforma do Marquês, alçado no estado temporal. Portanto o protagonismo da secularização se dava as luzes do discurso iluminista racional e metódico marcado pela laicização das instituições.

Os objetivos da reforma de Pombal segundo Maxwell (1996, p. 104) foram três. O primeiro deles foi aproximar a educação ao controle do estado, o segundo foi secularizar a educação, seguido do último objetivo, que foi a padronização do currículo.

Portugal preocupa-se com seu atraso cultural, principalmente quando se deparava com o desenvolvimento dos demais países europeus. Para o Marquês, seria necessária a miscigenação para legitimar o povoamento. É importante esclarecer que Pombal simbolizava a reforma, porém havia sujeitos institucionais trabalhando na máquina administrativa. Como também é importante deixar claro que o iluminismo não se resume como unidade. Segundo Pallares Burke, o iluminismo pode ser resumido como luzes e sombras (2010 P.53-54).

E a presença da luz e das sombras estão refletidas seja no progresso, seja pela decadência nacional.

²Endereço de acesso do Arquivo Ultramarino: <http://ahu.dglab.gov.pt/>;

Conclusões

Entre atrasos e progressos, Sebastião José de Carvalho e Melo – O Marquês de Pombal (1759), representou o bojo do ensino público no Brasil. Assim como salientou a valorização do serviço e servidores públicos, embora tenha existido a precarização e corrupção na mistura de passos nesse contexto. Para melhor entendermos as lacunas e progressos dos nossos mais de 250 anos de ensino público, será necessário como ressaltado pela professora Maria Helena Ochi, levar adiante a educação como primário num novo processo reformador institucional. Valorizando assim a cultura promissora e a capacidade peculiar de nosso país. Com o propósito de superar políticas que deixaram a educação como um pano de fundo, para atender os interesses de mercado.

Referências

BOTO Carlota dos Reis. **A Escola do Homem novo: Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1996. – (Encyclopaídeia)

BOTO, Carlota dos Reis. **Pombalismo e escola de estado na história da educação brasileira**. In: SAVIANI, Dermeal (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010. P. 107-152.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2 ed. ver. ampl.. Rio de Janeiro: Editora Da FGV, 2004.

CASTRO, César Augusto e SILVEIRA, Airlindyane Santos. **Civilidade, educação e a Companhia de Jesus (século XVI-XVIII)**. In: SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses e

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (orgs.). **Os jesuítas no Brasil. Entre a colônia e a República**. Brasília: Liber Livro, 2016.